



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e vinte e dois, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs. Presidente, Hernâni Dinis Venâncio Dias; e Vereadores, Paulo Jorge Almendra Xavier, João Augusto Cides Pinheiro, Fernanda Maria Fernandes Moraes Vaz Silva e Miguel José Abrunhosa Martins, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

**“PROCESSO N.º 5/2022-CP-DLM - EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS:
“MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA”**

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pela Divisão de Logística e Mobilidade:

“Considerando o enquadramento no artigo 73.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, do presente procedimento não é aplicável a renovação ou a celebração de um contrato de aquisição de serviços com idêntico objeto ou contraparte de contrato vigente em 2021.

A presente contratação não visa a aquisição de estudos, pareceres, projetos e consultoria, de organização e apoio à gestão.

Este procedimento é efetuado nos termos do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP).

O nome do Gestor do Contrato nos termos do artigo 290.º-A do CCP é Fernando António do Nascimento Moura, Técnico Superior – Gestão.

Para a escolha do procedimento em função do valor do contrato (artigos 17.º a 22.º CCP), e como o preço base é superior a 5.382.000,00 €, propõe-se concurso público com publicidade internacional, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do CCP.

O prazo de execução a empreitada é de 16 meses e o preço base será de 14.000.000,00 € + IVA.

A fixação do valor estimado do contrato foi fundamentada nos preços unitários utilizados pelo projetista que efetuou a revisão ao mapa de medições e orçamento sendo também o preço que o dono de obra está disposto a pagar.

O critério de adjudicação, nos termos do artigo 74.º do CCP, é “... feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante,

Silvia

determinada...” pela seguinte modalidade, monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.

O presente procedimento não carece de pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias, nos termos do n.º 5 do artigo 36.º-A.

Nos termos do artigo 46.º-A do CCP é obrigatório fundamentar para aquisição superior a 135.000,00 € (bens e serviços) ou 500.000,00 € (empreitadas), assim sendo esta empreitada não é dividida por lotes, uma vez que apenas uma única entidade deve ter a responsabilidade total da empreitada, pois o objeto da mesma é técnica e funcionalmente incindível e a sua separação causaria graves inconvenientes para a entidade adjudicante.

O projeto do PPI é o 15/2016 - Reabilitação dos Antigos Silos da EPAC para Museu de Língua Portuguesa. A rubrica para cabimento é a 0302/07010301, com uma dotação, para 2022, de 11.468,84 € e, para o ano de 2023, de 4.014.400,00 €. Assim, solicita-se o estorno do compromisso n.º 2268/2020 e um aumento de dotação, para 2023, em cerca de 5.526.000,00 €. Os fundos disponíveis atuais são de 16.460.662,58 €. O código CPV é o 45212300-9 - Construção de edifícios para usos culturais e artísticos.

Neste sentido é proposto à Exma. Câmara a aprovação do projeto de execução para a empreitada acima referida. Informa-se que o projeto que serve de base para a execução da empreitada foi alvo de revisão, nas várias especialidades técnicas, de acordo com o que estabelece n.º 2 do artigo 43.º do CCP, as quais foram reportadas ao projetista e aceites pelo mesmo.

O Museu da Língua Portuguesa trata-se de um projeto âncora para afirmação da Cidade e da região, não só a nível nacional, mas também a nível internacional, sobretudo no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Tendo em consideração a dimensão e a relevância do projeto para o território de Trás-os-Montes, o Município de Bragança redirecionou toda a sua atenção para a sua concretização, nomeadamente, a aquisição dos imóveis, terrenos envolventes e contratualizou, através de um concurso de Ideias, o projeto de execução. Efetuou, ainda, a contratualização de alguns serviços, nomeadamente, os “Conteúdos Científicos para o Museu” (procedimento concluído), a “Conceção e acompanhamento do Design e Equipamentos para o Museu...” (procedimento em execução) e, ainda, contratualizou o “Estudo e Viabilidade Económica e Criação do Modelo Organizacional...” (procedimento concluído).

Assim e considerando que o valor de investimento a realizar, justificado pelo mapa de quantidades e orçamento, é superior 5.000.000,00 €, é, nos termos do n.º 3 do



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

CÂMARA MUNICIPAL

artigo 36.º do CCP, necessário promover a fundamentação com base numa avaliação de custo/benefício, ou seja, num estudo de viabilidade, sendo este um instrumento relevante de apoio à tomada de decisão.

Ainda de acordo com o estudo, o projeto do Museu da Língua Portuguesa vai promover um impacto não apenas em Bragança, mas em toda a Região Norte de Portugal, assumindo-se como elemento central na promoção do desenvolvimento integrado, abrangendo, entre outras, as dimensões económica, social, cultural e turística.

A este nível destacam-se os seguintes impactos esperados ao nível mais qualitativo: aumento da visibilidade externa do Município e da região a nível nacional e internacional; aumento da visitação turística de Bragança e na região; promoção do desenvolvimento económico e de mais-valias associadas; reforço da rede de equipamentos culturais do Concelho; reabilitação e transformação urbana da envolvente alargada do Museu; promoção da fruição cultural e das qualificações da população do concelho e da região; criação de novas ofertas culturais e educativas; captação de financiamento europeu para Bragança e para a região; qualificação da oferta do Instituto Politécnico de Bragança nas áreas relacionadas com a Língua e Cultura Portuguesa.

Esta operação está aprovada no âmbito Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, submetido ao NORTE 2020, concretamente ao Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), com o Código NORTE-05-2316-FEDER-000091, no entanto, existem alguns riscos associados ao limite do prazo do programa NORTE 2020.

Em termos de execução, ainda em 2020, foi realizado o primeiro procedimento de concurso público, tendo sido a obra adjudicada e assinado o contrato a 15 de outubro de 2020, consignada a 16 de dezembro de 2020, e o Plano de Segurança e Saúde aprovado.

A obra foi iniciada a obra a 16 de fevereiro de 2021. No entanto, o sector da construção civil em Portugal tem vindo a apresentar dificuldades ao nível da oferta de materiais e mão de obra, fenómeno que tem motivado o aumento dos preços base dos procedimentos e atrasos significativos na realização das obras.

No caso em concreto, pelo não desenvolvimento da mesma, no dia 28 de março de 2022 foi deliberado, em Reunião de Câmara Municipal, a resolução sancionatória do contrato de empreitada celebrado, com o adjudicatário "Elevolution, A.C.E.", atualmente designado "Solidium, A.C.E", da empreitada do Museu da Língua Portuguesa, nos termos e ao abrigo das alíneas a), c) e g) do n.º 1 do artigo 405.º, alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP. Por forma a fazer face aos compromissos para com a entidade financiadora, o Município de Bragança pretende lançar, novamente, a empreitada a

concurso. Quanto ao prazo de obra é agora diminuído em 2 meses, passando de 18 para 16, considerando o que foi executado pelo anterior adjudicatário.

No que diz respeito ao preço, no seguimento da resolução do contrato, foi efetuada uma revisão ao projeto, o que motivou algumas alterações aos preços unitários considerando a inflação do mercado e tendo, também, como referência os preços apresentados no último concurso, encontra-se um preço médio que ronda os 11.913.000,00 €, pelo que, aumentado cerca de 17,5%, o valor base será agora de 14.000.000,00 €.

Considerando o financiamento comunitário e as limitações de execução existentes, relativamente ao tipo do procedimento a adotar, propõe-se a abertura de procedimento na modalidade de concurso público, com publicação internacional, com caráter de urgência, conforme previsto no n.º 3 do artigo 136.º do CCP.

Face ao que antecede e dada a inexistência de recursos humanos na Autarquia, torna-se necessário proceder à realização da empreitada, atrás referida, pelo valor estimado da despesa a efetuar de 14.000.000,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Atendendo ao valor e considerando que a situação se enquadra na alínea a) do artigo 19.º e artigo 130.º do CCP, solicita-se autorização para se adotar o “Concurso Público”, propondo-se, ainda, autorização:

- Sendo “Concurso Público”, com publicação internacional, a aprovação, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, dos anúncios, programa do procedimento, do caderno de encargos e do projeto de execução.

- Constituição do júri:

Presidente: João Paulo de Almeida Rodrigues, Chefe de Divisão de Logística e Mobilidade;

Vogais efetivos: Lia João Louçã Marques Teixeira, Técnica Superior – Engenharia Civil, e Rafael Augusto Costa Sobrinho Correia, Chefe da Divisão de Obras;

Vogais suplentes: Fernando António do Nascimento Moura, Técnico Superior – Gestão, e Ana Marlene Ferreira Vaz, Assistente Técnica. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo 1.º vogal efetivo e assim sucessivamente.

- Nos termos do artigo 147.º do CCP, o júri procederá à realização da audiência prévia dos concorrentes, salvo se que a mesma seja dispensada ao abrigo do artigo 125.º do CCP.

De acordo com o disposto a alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e a alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, conjugada o n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e sendo o preço base superior a 749.000,01 €, é competente para autorizar a presente despesa a Exma. Câmara Municipal.

Sendo um concurso público e face ao que antecede, solicita-se à Exma. Câmara Municipal que delibere no sentido de aprovar a abertura do procedimento, o anúncio, o programa de concurso, o caderno de encargos, documentos anexos ao processo e previamente distribuídos aos Srs. Vereadores, e a constituição do júri do procedimento.”

Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar, com quatro votos a favor, do Sr. Presidente e Vereadores, Paulo Xavier, Fernanda Silva e Miguel Abrunhosa, e uma abstenção do Sr. Vereador, João Pinheiro, a abertura do procedimento, o projeto de execução, o anúncio, o programa de concurso, o caderno de encargos e a constituição do júri do procedimento, nos termos propostos.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 27 de abril de 2022.

Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Vofseir

